

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E APRENDIZAGENS NO ENSINO FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA DE REDENÇÃO (CE)

Elaine Barbosa Silva¹

Maria Alda de Sousa Alves²

RESUMO

O trabalho tem como objetivo apresentar a educação inclusiva, seus desafios e aprendizagens em uma escola pública da rede municipal de ensino. Com a finalidade de analisar o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências/transtornos, buscou compreender o processo de ensino e aprendizagem desses alunos/as, bem como a participação da família no processo de ensino e aprendizagem. Esta pesquisa de trabalho de conclusão de curso do Bacharelado em Humanidades (UNILAB) foi realizada na Escola Dr. Edmilson Barros de Oliveira, fundamental I do ensino regular, no município de Redenção-CE. (2023). A metodologia utilizada teve como base a pesquisa qualitativa, a partir de observações em sala de aula, aplicação de questionários composto de perguntas abertas junto a sete professores/as e uma gestora escolar. O instrumento teve como ponto de partida as vivências cotidianas de professores/as que atuam com alunos com deficiências/transtornos. Os resultados da pesquisa foram bem diversificados, cada professor/a relatou de maneira diferente suas experiências sobre o processo de aprendizagem sócio interacionais de cada aluno. É nesse sentido que os resultados dos dados exploratórios se justificam, fazendo-se necessário destacar que uma escola efetivamente inclusiva, tem o dever de acolher a todos/as os/as alunos/as independente de terem deficiência ou não. Um ambiente escolar inclusivo valoriza as diferenças, não homogeneizando os/os alunos/as em termos de características físicas, psicológicas, cognitivas e sensoriais. Neste aspecto, trata de forma igualitária todos/as os alunos/as, incentivando-os a participarem das aulas/brincadeiras. Incluir possibilita a criança sentir-se acolhida por todos/as e não em um ambiente de exclusão

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Escola. Família. Aprendizagem

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca entender como ocorre o processo de inclusão nas escolas de ensino infantil, bem como a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem. Para isso, selecionou-se uma das escolas do município de Redenção (Ceará), procurando

¹ Bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Graduada em Pedagogia pela UNILAB.

² Doutora em Sociologia pela UFC. Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Sociologia (UNILAB). Orientadora.

observar essa interação social por meio da prática educativa. Nesse sentido, cabe destacar que a escola, enquanto instituição social, deve estar apta para acolher, sendo esta uma

determinação presente na Constituição Federal de 1988, ao assegurar o direito à educação a todo/a cidadão e cidadã brasileira, garantindo seu acesso e permanência.

Dessa maneira, a principal finalidade desta pesquisa visa identificar quais e/ou que tipos de barreiras enfrentam os/as estudantes que possuem deficiências e transtornos de desenvolvimento. Diante desse intento, foi aplicado um breve questionário na Escola Dr Edmilson Barros de Oliveira, com o principal objetivo de analisar e coletar dados exploratórios para este projeto.

A educação é um fenômeno universal, sendo uma atividade primordial para o desenvolvimento humano e social. Segundo Vygotsky (2011), socializar faz com que a criança interaja em diversos ambientes, situações e pessoas, e essa interação é a principal esfera do desenvolvimento. A influência do meio sociocultural proporciona, assim, o desenvolvimento de capacidades cognitivas e físicas, facilitando a interação e participação na sociedade.

Na atualidade, não se deve pensar a escola apenas como transmissora de conteúdos, mas como um ambiente de aprendizados, vivências, conquistas, afetos, socialização, integração, inclusão e democracia, pois quando se fala em universalização dos direitos humanos parte-se da premissa da igualdade, mas uma igualdade que não se estabeleça em critérios de mesmas características físicas, intelectuais e motoras.

Na fundamentação teórica deste projeto optou-se por mencionar os seguintes leis, documentos e autores, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), Declaração de Salamanca (1994), Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2009), A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), e autores como Carlos Antônio Gil (2002), Mantoan (2006), Paulo Freire (2002), Rosita Edler Carvalho (2005), Tatiana Gerhard (2009), Vygotsky (2011). A metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa constitui-se, assim, de pesquisa bibliográfica, análise de dispositivos jurídicos e documentos. Para fins de coleta de dados 10

exploratórios primários, bem como para um melhor embasamento na construção deste projeto, aplicou-se um questionário junto a professores e gestão da escola em estudo.

Justificativa

O meu interesse em pesquisar sobre a Educação Inclusiva se deu em função de ter duas irmãs com deficiência e, assim, esse contexto despertou a minha curiosidade, pois sempre vi nelas motivos para pesquisar sobre a temática. Dessa forma, por meio desta experiência familiar, percebi um pouco dos desafios, seja na adaptação, na forma do ensino e aprendizagem, nas brincadeiras que elas experimentavam na escola.

No ano de 2022 foi lançado pela Prefeitura Municipal de Redenção (CE) o Edital de Cuidadores³, o qual ofertava vagas para estudantes universitários, na condição de estagiários, auxiliarem crianças com deficiências. Refleti que pleitear uma vaga na seleção deste edital seria uma oportunidade de desenvolvimento do TCC devido à oportunidade de decidir o que iria, de fato, pesquisar. Participando do processo seletivo do referido edital, fui selecionada e alocada para a Escola de Ensino Fundamental Dr. Edmilson Barros de Oliveira, em Redenção (CE).

A partir dessa experiência, atuando como cuidadora na citada escola, observei o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência. No cotidiano das atividades, percebi a existência de um certo modelo padrão de educação que, apesar de bastante aplicado, necessita ampliar conhecimentos, mas conhecimentos construtores de saberes diversificados, multiculturais e inclusivos.

Nessa perspectiva, de acordo com Mantoan (2003), a inclusão nunca ocorrerá enquanto a sociedade se sentir no direito de escolher quais serão excluídos/as. É necessário ir além, ultrapassar barreiras, preconceitos, quebrar paradigmas, estereótipos e se tornar uma sociedade mais acolhedora e inclusiva, principalmente, nos espaços educativos. Entretanto, durante todo o processo, a inclusão sempre foi campo de discussões, apontamentos e barreiras que dificultam o avanço do corpo social inclusivo comprometido com o público. Dessa maneira, torna-se importante um olhar geral e crítico capaz de fornecer reflexões transformadoras e novas práticas pedagógicas para a educação inclusiva.

³ EDITAL N° 001/2022. Disponível em: <https://www.redencao.ce.gov.br/publicacoes.php?id=719>

A escola, enquanto instituição e produtora de conhecimento, tem como grande desafio tornar-se inclusiva, permitindo a todas as crianças frequentar o mesmo ambiente escolar, sem nenhuma restrição. No entanto, falar de inclusão implica mencionar sobre direito.

A realidade da Educação Inclusiva no Brasil ainda é um cenário muito difícil, devido às diversas precariedades enfrentadas pelas escolas, seja a falta de estrutura física, materiais, recursos e equipamentos adaptados, professores que não têm formação adequada. Esses fatos configuram-se como desafios para a garantia da permanência e a aprendizagem dos alunos/ as que apresentam especificidades cognitivas, sensoriais ou físicas no ensino regular.

Os laudos médicos acabam impedindo o entendimento da inclusão dentro das instituições escolares. Uma escola inclusiva não exclui alunos devido a um laudo, tão pouco os estigmatiza. Não subentende, portanto, que o trabalho pedagógico seja de natureza classificatória, partindo de uma identidade fixada de seus alunos. Nesse sentido, Mantoan (2022) argumenta que:

a concepção médica da deficiência dificulta o entendimento da inclusão. Ela adentra facilmente às escolas e influencia diretamente o modo como os professores atribuem, a certos alunos a incapacidade de aprender como os demais colegas. Tais atribuições são devidas aos laudos, relatórios e demais prescrições que induzem os professores a pensar que não estão preparados para ensinar os estudantes assim considerados. (MANTOAN, 2022, p.33).

Diante desse contexto cabe indagar: como funciona o processo de ensino e aprendizagem dessas crianças? Sobre essa questão a Constituição Nacional Brasileira de 1988 assegura o seguinte:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição Brasileira de 1988, BRASIL, 1994) 12

Tencionando essa problemática, a Constituição Nacional Brasileira (1988) menciona ainda que

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O

dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (Constituição Brasileira de 1988, BRASIL, 1994).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB (Lei de nº 9.394), fala que é dever das escolas públicas ou privadas possuir o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

OBJETIVOS

Este projeto de pesquisa tem como finalidade identificar quais e/ou que tipos de barreiras enfrentam os/as estudantes que possuem Deficiências/ Transtornos junto ao Ensino Fundamental I da Escola Municipal Dr. Edmilson Barros de Oliveira, Redenção (CE).

Objetivos Específicos

a) Mostrar como se dá o processo de inclusão das crianças com Deficiência/transtorno junto ao Ensino Fundamental I de uma escola municipal. 21

b) Evidenciar como funciona o processo de ensino-aprendizagem voltado aos/às estudantes com Deficiências/Transtornos junto ao Ensino Fundamental I da escola Dr Edmilson Barros de Oliveira, em Redenção (CE).

REFERENCIAL TEÓRICO

Todo processo histórico deve ser entendido dentro de suas circunstâncias e principalmente, dentro da sua própria história que por certas vezes não é linear. O processo é lento, a desconstrução do pensamento por certo também é. Vivemos em uma sociedade que em vez de agir oprime, no lugar de ajudar exclui, habitamos em um mundo globalizado, mas com raízes presas no passado. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), lei nº 13.146 de 6 de julho/ 2015, afirma que toda criança tem como parte integralizada a:

I-Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia,

independência, qualidade de vida e inclusão social; IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude 14 [...] (Brasil, 2015, p.02).

No decorrer da história as pessoas com deficiência foram vítimas de segregação e exclusão, de modo a não usufruir de diversos direitos. Vivemos neste planeta, buscando nos aprimorar das melhores maneiras possíveis, combatendo nossos instintos mais preconceituosos e violentos, lutando para o progresso e o crescimento da humanidade. No entanto, quando se trata da educação inclusiva, quais foram os avanços ao longo do tempo?

Silva (1987), em um estudo acerca das pessoas com deficiências e suas condições de vida no decorrer da humanidade, explica que não se sabe ao certo o que elas faziam, e nem como viviam, porém, mostra que alguns indivíduos chegaram à vida adulta com alguma deficiência física. Nesta perspectiva, Garcia (2002) menciona que:

Na Roma antiga tanto os nobres quanto os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Da mesma forma que, em Esparta, os bebês e as pessoas que adquiriram alguma deficiência eram lançados ao mar ou em precipícios. Já em Atenas influenciados por Aristóteles que definiu a premissa jurídica até hoje aceita de que tratar os desiguais de maneira igual constitui-se em justiça – os deficientes eram amparados e protegidos pela sociedade (Garcia, 2002, p. 10).

Na Antiguidade, principalmente, na Grécia Antiga, onde a perfeição do corpo era venerada, as reações diante das pessoas com deficiência eram o abandono, a eliminação ou o sacrifício. Em alguns lugares, os deficientes eram mortos ou submetidos a um processo de purificação para livrá-los de maus desígnios.

Com base no pensamento de Barbosa (2020), por incentivo desses processos, a eliminação física de pessoas com deficiência não foi mais aceita, porém, elas passaram a ser excluídas da sociedade sem ter nenhum direito de reivindicar por melhores condições de vida, tornando-se símbolos de estigmatização. Há de salientar que, depois de certo tempo, no período do Renascimento, houve o registro das primeiras atividades laborais e dos objetos de tecnologia assistiva.

No Brasil, as escolas com acesso à educação para as pessoas com deficiência tiveram um crescimento ao longo do século XX, proporcionando direitos básicos, uma participação social mais integrada. Com a colaboração da Convenção Internacional dos Direitos de Pessoas com Deficiência (2007), se construiu uma sociedade de todos para todos. Porém, mesmo sendo discutido por movimentos políticos, as instituições educativas continuaram negando a participação de pessoas com deficiência na sociedade,

implantando o modelo segregado e partindo de uma premissa na qual a deficiência era algo que limitava acessar certos lugares e desenvolver atividades importantes. Conforme Mantoan (2020):

[...] A função da escola especial era “consertar” o sujeito inadequado, a fim de que eles pudessem, ao máximo possível, se aproximar do que se considerava normal, adequado, aceitável. Termos como alunos “educáveis”, “não adequáveis”, “treináveis”, faziam partes do cotidiano da escola especiais. [...] (Mantoan, 2020, p. 184).

Nos anos 2000, profundas transformações aconteceram na concepção de deficiência, principalmente, com o advento da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (BRASIL, 2007), possibilitando maior liberdade de conhecer a diversidade humana. Muitas das vezes os argumentos que são criados iniciam-se por desacreditarem do processo de inclusão, motivados por modelos já estabelecidos, e justamente esses modelos são excludentes. Nem mesmo todas as pessoas que são reconhecidas nos padrões “normais” conseguem se incluir completamente.

São esses fatos que motivam a inquietação da inclusão, a qual busca a sistematização e um novo modelo educacional. Este que acima de tudo busca valorizar a pessoa como cidadã, respeitando suas características e especificidades, de maneira que garanta a universalização e respeito às diversidades. Sobre essa questão, Mantoan (2003) destaca:

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidade de ensino, tipos de serviços, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. (MANTOAN, 2003, p.12) 16

Com base nas reflexões de Mantoan (2006), pode-se afirmar o antigo padrão da modernidade ainda debate que o conhecimento está passando por uma reintegração, de maneira que as diferenças culturais, étnicas e religiosas, estão sendo destacadas como principal fator para entendermos o mundo. As tecnologias de informação estão trazendo novos marcos e rompendo visões pragmáticas, estabelecendo melhor compreensão entre as pessoas, o nosso universo é laico e adaptável às transformações, e vai muito além do que a ciência moderna mostra.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do

saber escolar (MANTOAN, 2003). O fato é que as escolas democratizaram os grupos escolares, porém não se torna pluricultural e diversificado. Os ensinamentos curriculares das escolas estão organizados em disciplinas, com isso ocasionou-se a separação do conhecimento, e não mostra a ressignificação dos aprendizados.

A realidade está atrelada a um sistema de classificação, mostrando uma racionalidade idealizada, dividindo os/as alunos/as em normais e deficientes, com modalidade regular e especial professores especialistas naquela área. Muitos estudantes foram excluídos do ensino regular, não tiveram o prazer de se beneficiar com o direito à educação.

Nesse viés, uma metodologia inclusiva requer mudanças profundas. É um trabalho coletivo de todos em prol de uma sociedade justa, inclusiva.

Por conseguinte, todos têm o mesmo direito à educação de qualidade. Incluir alunos com deficiência no ensino regular foi uma grande conquista, mas ainda não é suficiente. É preciso uma mudança dentro do próprio sistema Educacional, este que por muitas vezes promove a exclusão. 17

Educação para Todos: Aspectos Legais

A Declaração de Salamanca (1994) possibilitou novas demandas e oportunidades, reforçando a ideia de uma educação para todos, como parte integrada no sistema educacional. Focando em melhorias de acesso à educação para pessoas que ainda são desprovidas, garantido que jovens se tornem parte integralizada do ensino regular, declarando o direito de toda criança ter uma educação de qualidade, ampliando o conceito de necessidades especiais, pois inclui não só as pessoas de deficiências, mas os que apresentam alguma dificuldade temporária. Segundo a Declaração de Salamanca (1994):

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas

provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Declaração de Salamanca 1994, p.16).

A Declaração de Salamanca (1994) representa um marco pela construção de uma educação especial inclusiva para todos/as. Por muito tempo existiu o modelo educacional de segregação e exclusão, onde as pessoas com deficiências eram segregados/as e discriminados/as. Com o surgimento da Declaração passaram a ser reconhecidos como seres humanos que, acima de tudo, necessitam de respeito e boa educação. As políticas educacionais estabelecem uma educação sem discriminação, igualdade de direito entre as pessoas, assegurando respeito a todas as diferenças independentes de suas dificuldades individuais.

Um dos grandes motivos para o novo cenário da educação inclusiva ser reconhecida mundialmente se deu em função da referida Declaração de Salamanca de 1994, a qual foi elaborada na cidade de Salamanca (Espanha), com a urgência de inclusão de crianças, jovens e adultos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) dentro do sistema regular de ensino. Esse documento foi criado com o intuito de apontar os países que tinham necessidade de desenvolver políticas públicas que atendessem todas as pessoas de modo igualitário, sem levar em conta as condições sociais, pessoais e econômicas. Nessa perspectiva, uma escola que progride nesse caminho de inclusão será uma escola que estabelecerá convivência entre quem é considerado “normal” e os que necessitam de atendimento educacionais.

De acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, assim, são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas as outras com espírito de fraternidade (BRASIL, 2003, p.20). Faz-se necessário lembrar que a citada Convenção permite a acessibilidade das pessoas com deficiência, oferecendo a oportunidade de participarem e estarem engajadas dentro da sociedade em igualdade de condições com os demais. A citada convenção salienta:

O propósito da presente Convenção é o de promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (Brasil, 2003. p 27).

É dever da escola promover uma educação inclusiva, que possibilite a todos/as alunos/as uma educação de qualidade, para que assim possam desenvolver saberes juntos, visto que, uma escola inclusiva é o caminho mais adequado para a estruturação da solidariedade entre crianças com e sem deficiência.

METODOLOGIA

Conforme Gil (1999), pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social Gil (1999).

A pesquisa qualitativa apresenta-se como principal foco para entender, interpretar informações, diálogos e entrevistas com participantes. Partindo desta perspectiva, neste trabalho, são utilizados dados qualitativos na construção do objeto de pesquisa. Através de aplicação de questionários junto a docentes e gestão escolar intento identificar, ainda que de modo exploratório, quais as principais barreiras enfrentam os/as estudantes que possuem Deficiências/transtornos junto ao Ensino Fundamental I da Escola Municipal Dr. Edmilson Barros de Oliveira, Redenção (CE).

Análise preliminar de dados primários.

Com o objetivo de coletar dados exploratórios este projeto de pesquisa, utilizou-se questionários, como os mencionados no Anexo 1 e 2, aplicando junto a 7 (sete) professores e 1 (um) gestão escolar de uma escola pública de modalidade regular de ensino fundamental I. O instrumento teve como ponto de partida as vivências cotidianas de professores que atuam com alunos com deficiências/transtornos na e visa saber como ocorre o processo de ensino e aprendizado no ambiente escolar, bem como o processo de inclusão neste espaço, com o apoio da família.

Resultado dos dados exploratórios

A coleta de dados preliminares para o projeto de pesquisa ocorreu nos dias 12, 13 de abril de 2023, por meio da aplicação de questionários e observações de professores em sala de aula com alunos do ensino regular e fundamental I da escola Dr. Edmilson Barros

de Oliveira. Foram aplicados 8 (oito) questionários contando 1 (um) com a Gestão Escolar, e 7 (sete) professores. *Foi perguntado aos professores/as como o corre o processo de inclusão em sala de aula de alunos que possuem algum tipo de deficiências/transtornos.*

As respostas que obtidas foram bem diversificadas. Alguns professores citaram o processo ocorre naturalmente, ou seja, quando os alunos chegam na escola, junto com a matriculas vem um relatório. A partir deste documento, o professor/a pode tomar algumas medidas para adaptar o currículo, se for necessário. Já outros professores responderam que o processo ocorre contínuo em sala, incentivando as participações das atividades desenvolvidas, mesmo sabendo suas limitações. Uma professora citou que:

Eu costumo a partir dos testes de leituras ver o grau de desenvolvimento do estudante e a preparar uma atividade de acordo com seu nível de aprendizagem, a criança da minha turma ela acompanha a turma, então com ela tem sido fácil a inclusão e com o apoio do cuidador faz total diferença. (Marina, escola de ensino fundamental)

Segundo outra resposta obtida por meio de questionário de perguntas abertas o processo de inclusão de aluno/as com deficiência/transtorno ocorre de forma simples e acessível, onde se faz uso de materiais pedagógicos lúdicos e concretos para facilitar e incluir a criança de maneira direta no ambiente escolar desenvolvendo, construindo e ampliando seus conhecimentos socialmente e culturalmente, procurando ainda mais fazelos a participarem das aulas junto com os outros alunos.

A segunda questão do questionário trata sobre *como se dá a participação da família no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem de alunos/as com algum tipo de deficiências/transtornos.*

Sobre essa questão, observa-se dois contextos diferentes em relação ao apoio da família, pois algumas professoras relataram que a escola recebe a família como parceira, no processo de aprendizagem e desenvolvimento e incentivando as crianças: “A mãe da minha aluna é uma mãe que acompanha o filho e sempre quer saber como ela anda na escola e o que fazer para melhorar na sua aprendizagem” (relato de uma mãe, 2023). Já outras professoras relatam que a família só se limita a questão física da criança, deixando o ensino e a aprendizagem com a escola, dificultando, pois, a criança precisa do apoio desses familiares. Alguns familiares passam por dificuldades financeiras, que acabam deixando o processo de ensino a aprendizagem de lado e o desejo de ajudar e incluir o

próprio filho. Dependendo do grau de escolaridade da família elas acompanham, sugerem, verificam atividades, já outros só mandam as crianças para a escola, até os atendimentos no NAPE é preciso que a escola esteja ligando, não demonstrando nenhum envolvimento (relato da Gestão Escolar,2023).

Entende-se que o processo de ensino aprendizagem das crianças com deficiências/transtornos precisa ser aprimorado e ressignificado todo dia, aplicados de maneira inclusiva dentro do espaço escolar. Para tanto, necessário se faz uma ampliação do olhar e reflexão crítica por meio da pesquisa científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o processo de ensino aprendizagem das crianças com deficiências/transtornos precisa ser aprimorado e ressignificado todo dia, aplicados de maneira inclusiva dentro do espaço escolar. Para tanto, é necessário se fazer uma ampliação do olhar e reflexão crítica por meio da pesquisa científica. Além do mais percebe-se uma falta de entendimento e dificuldade de inclusão dentro das Instituições escolares, cabe às pessoas ser mais inclusiva e promover, recriar uma sociedade com uma política universalizante.

Uma escola inclusiva que promove a inclusão e a diversidade tem o dever de acolher todos os alunos independente de possuir deficiência ou não, ser inclusiva não define as mesmas características físicas, psicológicas para todos os alunos, mas sim, cuidar de forma igualitária com as mesmas didáticas, metodologia que incentive a criança a participar da aula/brincadeira incluir possibilita a criança a sentir-se acolhida por todos, e não em um ambiente de rejeição.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Meiriene Cavalcante. O atendimento educacional especializado como força motriz da inclusão escolar. In: In: MACHADO, Rosângela; MANTOAN, Maria. Teresa. Eglér. (org.). **Educação e inclusão: entendimento, proposições e práticas**. Blumenau: Edifurb.2020. p. 181-202.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 03 dezembro. 2022.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 20 maio. 2023.

_____. **Resolução Nº 4, de 2 de outubro De 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília DF: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 20 maio. 2023.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CROSARA, Ana Paula; VITAL, Flavia Maria de Paiva. **Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

EGLÉR, Teresa. **O desafio das diferenças nas escolas.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 2006. 28

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes Necessários à prática educativa.** 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARCIA, Pedro Benjamin. Paradigmas em crise e a educação. *In:* BRANDÃO, Zaia (org.) **A crise dos paradigmas e a educação.** São Paulo: Cortez, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. Atlas, São Paulo. 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér , LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **A escola que queremos para todos.** Curitiba: CRV. 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Vanja Mara Barbosa da. **A diversidade em sala de aula: um desafio sempre atual.** Burity – MG, 2015

VYGOTSKY, Lev. **A Defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal.** Educação e pesquisa. São Paulo. V 3, n.4, dezembro. 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/x987G8H9nDCcvTYQWfsn4kN/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio. 2023.